
Violência de género

Carla Fonseca Lopes¹

Resumo

A questão da violência de género, está relacionada com a procura pela Delegacia feita pelas mulheres, uma vez que esse movimento, pode trazer elementos positivos, mesmo sabendo que todos os factores que permeiam a ida a este lugar são de antemão negativos. Não poderia ser diferente, afinal, quando falamos de violência, o termo em si já se sustenta a carga negativa da palavra. A importância desse contacto é de grande valia para os sujeitos que a procuram, pois é no momento pós agressão, quando os sentimentos se confundem, que o estar perdido, pode favorecer uma tomada de consciência. Abrindo caminho para a denúncia, mais pragmática, como agregada a ela, a queixa, que dirige a escuta para um lugar da culpabilização do outro e, em geral, sem confrontação com co-participação da “vítima” da violência.

As consequências *a priori*, são a necessidade de fazer uma denúncia, contra um agressor, e o lugar para isso é a delegacia, que ajuda a fixar essa ideia policial, de achar e punir o culpado pelo delito. As próprias mulheres, têm essa representação da delegacia, nos casos em que atendi, isto ficou bem evidenciado. Por outro lado, estamos nós, do atendimento psicológico, em um lugar, que muitas vezes é confundido, com função de apaziguamento das relações, ajudar o casal, a estabelecer a reconciliação.

Finalmente, a Psicologia aparece como função de fortalecimento da vítima – de modo que ela possa levar adiante o processo – judicial ou criminal – que a trouxe à delegacia.

Para um entendimento da questão da violência, é imprescindível, um olhar mais interessado, sobre a prática e reflexão de Maria Filomena Gregori, em seu texto “mulheres, relações violentas e a prática feminista” que nos apresenta dados que fundamentam uma compreensão do fenómeno.

Quando de início nos apresenta a cena, que culmina, no ato violento, as portas se abrem, a briga, os gestos, os palavões, as agressões, têm sempre objectivos, um deles “ tem em vista obter a última palavra, eles são casados, esse diálogo é um exercício desse direito.” O outro é que “o acordo final é impossível.” Portanto a vitimização, já vem de casa, quando chega à Delegacia, a sua imagem de mulher, tem que ser justificada, e o papel social feminino tende para essa postura.

Como bem analisa, Bataille (1987), “o erotismo exige um movimento de ruptura que prepare os corpos para o prazer. Um leva à agressão; o outro leva ao prazer, ao êxtase.” As motivações são diversas “disposições psicológicas tais como esperar do parceiro certas condutas e inconscientemente provocá-lo, jogos eróticos etc.” Isso pode ser clarificado no primeiro caso, a mulher, tem um relacionamento sexual com o marido satisfatório, depois vem as cenas de ciúme, as brigas, que levam a um desejo de provocar o parceiro, excitá-lo no que ele tem de mais vulnerável o medo da perda. Ambos estão presos à teia, mas lutam para fazer cada um a seu jeito o seu território de confrontação.

Mas a rotina da violência, gera medo, e é no corpo da mulher que ela sobressai de fato. “o medo alimenta a cumplicidade, que permitirá à mulher encontrar alguns dos seus recursos de vingança.” Esse mecanismo psicológico que fomenta a ligação entre o opressor e o oprimido, foi bem descrito por Anna Freud, onde se fundamenta essa dependência, e suas origens numa regressão a mecanismos infantis de pensamento, com o tempo eles passam a funcionar como um factor de

¹ Psicóloga Social - Faculdade de Psicologia - Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte – Brasil - e-mail: psi_carlalopes@yahoo.com.br

dependência. O aspecto psicossocial, desta problemática e não um factor biológico ou de personalidade, fizeram ampliar a análise dos neo freudianos sobre inúmeros aspectos da teoria psicanalítica.

Vimos nos casos atendidos, uma dificuldade, em fazer um rompimento efectivo com o marido, mesmo quando a mulher esta disposta a separar-se. O rompimento é progressivo, calcado em várias etapas, afinal não é fácil essa tomada de decisão. No geral, o ciclo de violência, tende a continuar operando.

Como se iniciam as cenas de violência? Quais são os seus objectivos? Ocorre uma batalha entre corpos masculinos e femininos?

Que reivindicações podem ser assumidas pelos dois no momento em que o conflito se apresenta?

A cena usualmente se inicia com uma agressão que tanto pode passar pelo verbo, como pela agressão física, e aqui tudo isto apresenta uma tonalidade que pode ir do branco ao vermelho, sendo este último sinónimo de violência que substitui a troca de réplicas pela agressão. Seria o caso de indagar se a agressão não funciona como parte do jogo que a cena introduz.

O objectivo de “fazer a cena” é dar a última palavra. E nesta busca pela “palavra final” o show se inicia estimulado pelo confronto. No segundo momento, ela vai apanhar e o marido vai bater. Neste, ela sairá como vítima e o marido como o agressor. De uma forma estranha, ela termina uma cena verbal, para sair de uma cena, em que é parceira e iniciar outra em que será vítima. Um perverso jogo de feminilidade e masculinidade, ou melhor, de imagens que desenham papéis de mulher e de homem em relações conjugais. De um certo modo, ser vítima significa aderir a uma imagem de mulher, que se traduz numa situação desordenada, irregular.

Estar na posição de vítima, além de permitir o pedido de um auxílio ou protecção externos, reequilibra a relação segundo um recorte em que a mulher se coloca no lugar de alguém que precisa de amparo. Depois da briga física, o marido sai e retorna com um pedido de desculpas, prometendo que tudo vai mudar. Nesse momento, o desempenho masculino e o feminino são confirmados: ele enuncia a promessa de uma modificação na vida familiar. Inúmeras vezes a cena desenrola um jogo de opiniões onde a cultura é uma espécie de espelho para as relações entre o casal. O sentido desse enfrentamento são os conflitos em relação aos padrões de conduta: o marido defende o “tradicional” por exemplo e a mulher está em busca do “moderno”.

As cenas em que estão envolvidas e que culminam em agressões estão sujeitas a inúmeras motivações – disposições conflitivas de papéis cujos desempenhos esperados não são cumpridos, disposições psicológicas tais como esperar do parceiro certas condutas e inconscientemente provocá-lo.

Os casos de violência de género, são demonstrativos ao revelarem o grau de simbiose a que estão sujeitas suas relações conjugais e familiares: são parceiros enlaçados por “rituais” privados que se repetem quotidianamente. Essa “ritualização” (cenas – agressão) tem por efeito perverso rotinizar gestos e acções de extrema violência.

Claro está que as mulheres e os homens provocam ou mantêm essas situações. Inconscientemente e, nesse caso, o objeto deve recair sobre a psicologia – ou impensadamente – sem a intenção clara ou vontade de, mas jogando com signos, diálogos, ou acusações que as estimulam.

Contudo, é o corpo da mulher que sofre maiores danos, é nela que o medo se instala. E, paradoxalmente, é ela que vai aprisionando ao criar sua própria vitimização. O pior não é ser vítima (passiva) diante de um infortúnio; é agir e reiterar uma situação que provoca danos físicos e psicológicos. O difícil para esse tipo de vítima é exactamente o fato de que ela coopera na sua produção como um não-sujeito. Isto é, ela ajuda a criar aquele lugar no qual o prazer, a protecção ou o amparo se realizam desde que se ponha como vítima. Esse é o “buraco fundo” da violência contra a mulher: são situações em que a mulher se produz – não é apenas produzida – como não sujeito.

Parece que com esta argumentação, estaria fazendo um procedimento bastante habitual, culpar as vítimas. Trata-se, pelo contrário, de entender os contextos nos quais a violência ocorre e o significado que assume. Tarefa complexa e que exige cuidado na análise.

É preciso se indignar e se contrapor à violência. Mas não tenhamos a ilusão de que o caminho mais profícuo parta da pressuposição de uma dualidade vítima e algoz – em que o primeiro termo esteja associado à passividade (ausência de acção) e o segundo, a uma actividade destruidora e maniqueistamente dominadora.

A violência não surge como um ruído, pelo contrário, ela opera muito mais na falta dele, no silêncio.

Por isso vale citar Eizirik (1992): “Mas também tem um silêncio. O silêncio que marca a pausa e define o ritmo. Não por oposição ao som, como se poderia pensar, mas por aquilo que se escuta e aquilo que deixa de escutar.

O que é deixado em silêncio, o que é calado, o não dito. E é engolido? Ou mastigado e cuspidado em fragmentos que como meteoros “atingem” o lugar onde caem? E quanto barulho é necessário para silenciar um campo de guerra? O silêncio, aqui, é uma fala muda. Uma fala muda que mesmo assim diz...”

É complexo entender o que leva à produção de violência, porque os factores são inúmeros e mais como esses repertórios, são repetidos à exaustão, passando assim a fazer parte de do quotidiano de tantos sujeitos.

Para enveredarmos por essa área, usaremos a categoria género, pois esta, é a mola propulsora, que amplia a conceitualização, introduzindo a noção de poder, a identidade, a política e sexualidade.

A teorização adoptada, neste trabalho, é a de Joan Scott (1990), que pode ser assim sintetizada: “o núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o género é um elemento constituído de relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, e é o primeiro modo de dar significado às relações de poder.

O género implica em quatro elementos:

1. Os símbolos culturalmente disponíveis;
2. Os conceitos normativos que evidenciam as interpretações de sentido dos símbolos;
3. As instituições e as organizações sociais (trabalho, educação, política, religião);
4. A identidade subjectiva.

Para Scott, tal esboço sobre o processo de construção das relações de género poderia também ser utilizado para examinar a classe e a etnia.

Género é um campo, o primeiro, no seio do qual o poder é articulado, sendo um meio de descodificar o sentido de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interacção humana.

O conceito dá suporte para que se veja quais relações que estão imbricadas como: sexo/género, e estas não se limitam à família, pois não somos seres/ sexo família e seres/classe na comunidade.

Nós pensamos que o género e as posições sociais respectivas de homens e de mulheres, não são construídos sobre a categoria (aparentemente) natural do sexo; mas, ao contrário, o sexo tornou-se, fato pertinente, e portanto uma categoria da percepção, a partir da criação da categoria do género, isto é, da divisão da comunidade em dois grupos antagonistas, dos quais um oprime o outro, os homens e as mulheres (DELPHY apud SAFFIOTI, 1990:15)

E se faz necessário passar um olhar mais atento sobre esta abordagem, que ressalta a ideia de que o sexo sendo socialmente modelado, não se origina subitamente num certo momento no tempo, depois do qual adquire forma fixa. Ele próprio, o género, é uma maneira contemporânea de

organizar normas culturais, passadas e futuras, um modo da pessoa situar-se em e através dessas normas, um modo de cada pessoa viver e colocar o corpo no mundo.

Quando, se nomeia género uma categoria útil para analisar a ordem patriarcal, produz-se uma teoria baseada na interacção de diferentes estruturas (produção, reprodução, sexualização e socialização de crianças), cada uma com sua própria trajectória histórica e movendo-se em ritmos de diferentes como uma unidade, não lógicas mas históricas.

De tudo o que foi dito e descrito, restam algumas indagações. A análise dos casos que aparecem nas delegacias de mulheres por todo o Brasil mostrou algo definitivo: a condição de opressão da mulher não se modifica actuando-se apenas no nível de consciência. A maioria dos estudos sobre a mulher, constata que as mulheres vivem e se relacionam de maneiras diferentes com o fato de serem oprimidas. não é suficiente chegar a esta conclusão. Nem basta afirmar que o processo de dominação é uma trama complexa e difícil de ser deslindada e de ser decomposta. É preciso, pois, desenvolver novas linhas de investigação que sejam capazes de apreender as transformações culturais que culminam em modificações nas relações de género. Estudos que revelem como as mulheres manipulam os valores que consideram importantes na definição do papel feminino – o que permitiria a elas legitimar a actuação em que estão engajadas – e produziria reflexos na organização de suas vidas quotidianas.

Para realizar uma análise mais rica sobre relações de poder é preciso investigar a outra parte, os homens, não tomando o masculino como dado, mas também como uma identidade que se constitui na trajectória, na vivência.

Os papéis de género devem ser abordados, a meu ver, sem elaborar uma dicotomia que opõe, de maneira fixa, os padrões “tradicionais” aos padrões “modernos”. Existem padrões legitimados socialmente; entretanto, é impossível tentar definir todos os aspectos que os constituem e, assim, classificar rigidamente condutas “velhas” e condutas “novas”. Os padrões são construções, imagens, referências que as pessoas dispõem de maneira particular em suas relações concretas com o mundo.

Nesse sentido, é necessário assumir que a cultura é mais um mapa do que um conjunto de prescrições impositivas. Mapa este que orienta as pessoas e faz com que combinem as prescrições em suas relações concretas com outras pessoas e com o mundo.

Foucault, na introdução de seu livro História da Sexualidade I, nos diz que o que levou a escrevê-lo foi a curiosidade. É em parte, esta curiosidade que faz com que os pesquisadores direccionem suas pesquisas, resgatando a assim algumas considerações que ajudem a aprofundar os estudos sobre género. E a partir das contribuições de Foucault, sobre poder e dominação na modernidade, podemos aprofundar e problematizar algumas questões.

Focalizando a complexidade das relações de poder, esta perspectiva mostra como estas relações e sua eficiência dependem de certa maneira da subtil integração entre tecnologias de coerção e as tecnologias em si. Entre estas últimas aquelas que remetem à descoberta e a formulação de verdades.

Em outro texto, o mesmo autor fala explicitamente a respeito de algumas formas contemporâneas de luta, entre as quais inclui a oposição de poder dos homens sobre as mulheres. Identifica o que há em comum entre estas lutas e alguns pontos importantes:

- Tratam-se de lutas transversais, ou seja, não se limitam a um país particular ou a uma forma exclusiva de governabilidade política ou económica;
- O alvo delas são os efeitos do poder enquanto tais;
- São lutas imediatas que buscam as instâncias próximas e que formulam projectos teleológicos;
- Sua especificidade encontra-se no fato de que colocam em questão o estatuto indivíduo pois de um lado afirmam o direito à diferença e, de outro, atacam tudo aquilo que pode isolar o indivíduo, cindindo a vida comunitária e remetendo o indivíduo a ele mesmo, colocando-o à sua própria identidade;

O alvo destas lutas é uma forma de poder que é exercida na vida quotidiana, classificando os indivíduos em categorias, designando-os pela identidade própria e aprisionando-os nela. Tratam-se de lutas, portanto, contra formas de assujeitamento, contra a submissão da subjectividade.

Uma relação de poder, por sua vez, articula-se sobre dois elementos indispensáveis: que o outro (sobre o qual ela é exercida) seja reconhecido e mantido com um sujeito da acção e que se abra, frente a ela, todo um campo de respostas, reacção, efeitos, invenções possíveis.

Trata-se da estruturação por uns do campo de acção possível dos outros, um modo de acção sobre acções.

O binómio dominação masculina / submissão feminina tem sido denunciado, analisado, a partir de diferentes prismas que incluem desde a lógica do patriarcado, da produção/reprodução até os aspectos simbólicos nele envolvidos e por ele constituídos. Foucault, no entanto, auxilia mais uma vez a desconfiar das aparências, negar a dominação masculina enquanto conjunto de relações de poder histórica e socialmente construídas, não parece suficiente. Essa bipolaridade, entretanto, parece esconder outras questões. Que estratégias são utilizadas? Quais são as formas de subjectivarão circulam aqui? Que resistências possibilitam?

Outros aspectos importantes, estão envolvidos nesta questão, como por exemplo, o lugar social ocupado pelo sujeito. Se ele está inserido numa trama de relações sociais, o mesmo se dá no campo da verdade? O que é verdade? A verdade, é uma, produção histórica. Todos estes elementos, (sujeito/sociedade, poder, verdade) estão fundidos uns aos outros. Foucault em Vigiar e Punir, amplia as teses sobre poder, dizendo: “ O poder não é essencialmente repressivo, já que incita, suscita, produz; ele se exerce, antes de possuir (já que se possui sob uma forma determinável – classe – e determinada – Estado); passa pelos dominados tanto quanto pelos dominantes (já que passa por todas as forças em relação).”

Apontando para uma conclusão, é cada vez mais necessário, apostar em um trabalho que enquadre todas estas visões sobre a violência de género, visando uma transformação, no atendimento às mulheres que procuram a Delegacia.

Para encerrar gostaria de citar um poema de um poeta moçambicano, que em muito exprime, o que citei acima, ou seja o acreditar na mudança, no crescimento do ser humano, e para tal uma maior postura social e ética do Psicólogo se faz urgente.

**Com o poema
abriremos a noite,
jugularemos o medo.
Com o poema
construiremos o homem
não o homem definitivo,
enquistado em verdades irrecusáveis,
em certezas absolutas,
mas o homem
em permanente transformação.
O homem em viagem,
O homem-interrogação.
Porque o poema é sempre
(mesmo das palavras mansas)
o núcleo tenaz
duma revolução.
(Jorge Viegas)**

Bibliografia:

AZERÊDO, Sandra. Relatório Final/CNPQ. Belo Horizonte, 2000.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro, cadernos da PUC, Série Letras e Artes – 06/74, Caderno nº 16.

Vigiar e Punir. São Paulo, Brasiliense, 1988.

REGORI, Maria Filomena. Cenas e queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando género e classe social. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1990.

SCOTT, Joan. Género uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade, Vol. 20, Nº 2, 1995.

SOUKI, Nádia. Hannah Arendt e a banalidade do mal. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1998.